

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CORREDORIA-GERAL**  
**CONCURSO PARA ESTAGIÁRIO 2019**

**INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_

**1. A Lei 8112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, estabelece, entre outros dispositivos que:**

- a) **A ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão (X).**
- b) A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de dois anos de efetivo exercício.
- c) A penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- d) O cancelamento da penalidade poderá gerar efeitos retroativos.
- e) A repreensão verbal consiste na sanção aplicável às infrações disciplinares consideradas leves.

**2. Com base na Lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que:**

- a) a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- b) a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.
- c) **da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de, no mínimo, 30 (trinta) dias (X).**
- d) o prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- e) como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo.

**3. De acordo com a Lei 8.112/90, o processo disciplinar se desenvolve, respectivamente, nas seguintes fases:**

- a) instauração, instrução, defesa e julgamento.
- b) instauração, inquérito administrativo, julgamento e relatório.
- c) inquérito administrativo, instrução, defesa e relatório.
- d) **instauração, inquérito administrativo e julgamento (X).**
- e) inquérito administrativo, instrução, relatório e julgamento.

**4. De acordo com o art. 37 da Constituição da República, é correto afirmar que:**

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) a investidura em cargo, função ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- c) **as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (X).**
- d) lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) a proibição de acumular não se aplica a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

**5. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:**

- a) expor os fatos conforme a verdade.
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) não agir de modo temerário.
- d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- e) **obedecer ao princípio do devido processo legal (X).**

